

## **JÚLIO CÉSAR KREPSKY**

*Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB em 1988. Concluiu o Curso de Direito pela Universidade Regional de Blumenau - FURB em 1994 e fez pós-graduação em Direito Comercial. Mestre em Ciências Jurídicas na Universidade do Vale do Itajai-UNIVALI. Professor de Direito Tributário em cursos de pós-graduação em diversas faculdades e autor de publicações artigos jurídicos.*

## **LIMITES DAS MULTAS POR INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Editora MIZUNO



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 336.2.04(81)**

**K921**

**Código de barras: STJ00062336**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA  
PUC – CAMPINAS

343.359 K92L

Krepsky, Júlio César

Limites das multas por infrações tributárias/Júlio César Krepsky

Leme: J.H. Mizuno, 2006. 250 p. 21 cm.

1. Direito tributário. 2. Infrações tributárias. 3. Tributo - Infrações. I.  
Título.

CDU 343.359 índice para o Catálogo Sistemático

Direito tributário 343.359

Infrações tributárias 343.359

Tributo - Infrações 343.359



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	
1.1. Sobre o conceito de Direito	25
1.2. O Direito como ordenamento jurídico, segundo Norberto Bobbio	29
1.3. O Direito Tributário	36
1.3.1. Conceito	36
1.3.2. Outras denominações para o Direito Tributário	40
1.3.3. Definição legal de tributo	42
1.3.3.1. Exclusão da multa	55
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>AUTONOMIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	
2.1. Considerações iniciais	59
2.2. Importância do tema	61
2.3. "Autonomia" como termo polissêmico	64
2.3.1. Concepção adotada para autonomia	67
2.4. Manifestações doutrinárias destacadas acerca da autonomia	70
2.4.1. François Geny e Louis Trotabas	70
2.4.2. Manifestações doutrinárias no Brasil	75
2.5. A concepção de autonomia e a questão dos limites para as multas por infrações tributárias	86
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A MULTA POR INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	
3.1. Aspectos gerais	89
3.2. Concepção adotada	92
3.3. Hipóteses de aplicação e objetivos	98
3.3.1. Considerações iniciais	98
3.3.2. Objetivos específicos	102
3.3.2.1. Ressarcimento, reparação ou indenização	102
3.3.2.2. Punição	105
3.3.2.3. Educação e orientação	106
3.3.3. Algumas justificativas para graduação das multas	107
3.3.3.1. Elevação de per se	108
3.3.3.2. Elevação pela existência de dolo	111
3.3.3.3. Redução	114
3.3.3.4. Exclusão	115
3.4. A punição em sentido estrito como aspecto prevalecente	119

Localização: 336.2.04(81)

K921



<http://bdjur.stj.gov.br>

Código de barras: STJ00062336

3.4.1. Manifestações doutrinárias	119
3.4.2. A multa no Código Tributário Nacional	129
3.4.3. Posição do Supremo Tribunal Federal	131
3.4.3.1. A Súmula na 191: distinção entre multas moratórias e punitivas	131
3.4.3.2. Revogação da Súmula nº 191: todas as multas são punitivas	135
3.4.4. Influência do Direito Penal	142
3.4.5. Observações finais	151

## **CAPÍTULO IV**

### **SUJEIÇÃO DA MULTA POR INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS A LIMITES**

4.1. Identificação do problema	159
4.2. Autonomia relativa do direito tributário: sujeição a normas jurídicas limitadoras	162
4.2.1. Normas jurídicas: regras e princípios	164
4.3. A proibição de excessos e o princípio da proporcionalidade	172
4.3.1. Sanção jurídica é sanção organizada, segundo Bobbio: relação com o princípio da proporcionalidade	178
4.4. Vedação de efeito de confisco	181
4.4.1. Delimitação do tema	181
4.4.2. Aplicabilidade do disposto no artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal	186
4.4.3. Inaplicabilidade do disposto no artigo 150, inciso IV, da Constituição Federal	188
4.4.4. Vedação de efeito de confisco, direito de propriedade e livre iniciativa	191
4.5. Outros aspectos destacados	195
4.5.1. Reflexões a partir da teoria do desvio de poder	195
4.5.2. Necessidade de graduação	199
4.5.3. O papel da equidade na aplicação das multas	201
4.5.4. Multas elevadas como resposta a dificuldades de fiscalização	207
4.5.5. A natureza da multa e seus reflexos no controle jurisdicional	210
4.6. Manifestações destacadas do Supremo Tribunal Federal	213
4.6.1. Possibilidade de revisão judicial	213
4.6.2. Ausência de dolo ou culpa	216
4.6.3. Direito de propriedade e confisco	217
4.6.4. Princípio da proporcionalidade e argumentos relacionados	220
4.6.5. Equidade	222



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	225
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	233

